

Memória discursiva e sátira política: a paródia da (auto)designação “cidadão de bem” pelo *The Piauí Herald*

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v48i1.2304>

Filipo Pires Figueira¹

Resumo

Neste artigo, pretende-se analisar o sintagma nominal “cidadão de bem”, enquanto parte do discurso antipetista que emerge no pós-Junho de 2013, conforme ele é retomado pelas desnotícias publicadas no portal humorístico *The Piauí Herald*. Esta análise fundamenta-se sob a perspectiva de que a paródia satírica é fruto de um fazer sobre a memória discursiva. Observou-se, portanto, a circulação do SN no discurso originário (antipetista) e sua integração ao discurso paródico do *site* de desnotícias, destacando os efeitos de sentido sobre a memória da disputa pelo sentido de “cidadão de bem”. Concluiu-se que a paródia satírica do *The Piauí Herald*, antes de marcada pelo ataque direto, constitui-se pelo exagero da contradição interna à memória discursiva da disputa pelo sentido do SN “cidadão de bem”.

Palavras-chave: paródia; sátira; cidadão de bem; antipetismo; desnotícia.

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil; figueirafp1@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-8916-0822>

Discursive memory and political satire: the parody of the (self)designation “cidadão de bem” [good citizen] by *The Piauí Herald*

Abstract

The aim of this paper is to analyze the nominal phrase “cidadão de bem” [good citizen], as part of the antipetista’s discourse which emerged post-June 2013, as it is evoked by the satirical news published by the humoristic website *The Piauí Herald*. This analysis is based in the assumption that satirical parody is the result of a work over the discursive memory. Therefore, the observation focused both in the circulation of the NP at its original discourse (antipetista) and in its integration by the parodic discourse of the satirical news website in order to highlight the effects of signification over the memory of the dispute for the meaning of “cidadão de bem”. This paper concludes that the satirical parody by *The Piauí Herald*, in opposition to a direct attack, consists of the exaggeration of the contradiction that is intern to the memory of the dispute for the meaning of the NP “cidadão de bem”.

Keywords: parody; satire; good citizen; antipetismo; satirical news.

Introdução

Em qualquer realização discursiva – quiçá, linguageira –, a memória² desempenha um papel crucial: é ela que determina as presenças e as faltas (a retomada e o esquecimento) de anterioridades, bem como a possibilidade de repetição (reprodução/transformação) interna aos discursos. Essa presença absoluta não é à toa: “a linguagem”, diria Courtine (1994, p. 10, tradução nossa), “é o tecido da memória, isto é, sua modalidade de existência histórica essencial”. Neste artigo, pretendo discutir essa particularidade da existência linguístico-discursiva no que toca ao meu objeto de pesquisa, as desnotícias do *The Piauí Herald* (daqui em diante, *TPH*).³

Visto que as desnotícias são textos eminentemente paródicos, o “problema” do papel da memória torna-se singularmente especial: na transgressão, qualidade fundamental do discurso paródico,⁴ é a memória, como o *alimento do presente* e o *porvir do passado*

2 Mesmo que esse problema já esteja um tanto quanto diminuto nos estudos contemporâneos em Análise do Discurso, esclareço que, quando falo aqui de memória, afasto toda sorte de psicologismos das minhas considerações. Este sintagma é tomado em seu sentido “mítico”: “da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2015, p. 44).

3 Para uma compreensão maior do que se tratam as desnotícias, particularmente aquelas publicadas pelo *TPH*, ver Figueira (2017a).

4 Compreendo por “paródia” uma modalidade enunciativa que “estabelece a diferença no coração da semelhança” (HUTCHEON, 1989, p. 19). Para maior compreensão, ver Figueira (2017b)

(WEINRICH, 1994), que *traça o espaço do intransponível*, nos termos de M. Foucault (2006). Tanto o possível (subverter, contrapor), quanto o impossível (superar, obliterar) da transgressão paródica, portanto, são *regulados* pelas atribuições da memória, como aquilo que *fomenta o presente*, mas que é sempre a *futuridade de um algo passado*. Esse vai-e-vem discursivo entre o velho e o novo pode ser bem observado em grandes obras, mas também em pequenos recortes sintáticos, como enunciações destacáveis⁵ ou até mesmo em frases nominais. Interesse-me, neste artigo, pelo último caso, mais especificamente pela retomada do sintagma nominal (doravante, SN) “cidadão de bem” pelas vias paródicas do *TPH*.

Como fragmento da expressão de identidade de um grupo político (contemporaneamente, o grupo heterogêneo dos “antipetistas”), o interesse que este sintagma suscita está justamente no fato de que, apesar da evidência com que se apresenta no discurso antipetista⁶, na paródia ele é ressignificado pelos valores contraditórios que disputam seu sentido. Urge, portanto, analisar o *fazer sobre* a memória, bem como os efeitos que suscita, do discurso paródico do *TPH* sobre a (auto)designação do discurso antipetista a partir da retomada do SN “cidadão de bem”. Para promover as análises, apresento, sucintamente, uma reflexão sobre a noção de memória e sobre sua relação com a paródia. Prossigo para desenhar o uso autodesignativo de “cidadão de bem” pelo discurso antipetista, bem como a contradição que emerge dessa designação polêmica. Por último, detenho-me sobre a retomada humorística do sintagma e da contradição que o acompanha nas desnotícias do *TPH*. Espero, assim, conseguir desenhar esse trabalho humorístico sobre a memória e o imaginário social.

Algumas palavras sobre memória discursiva e paródia

Como já foi dito, a memória discursiva corresponde à existência histórica do discurso. Pensar a memória dessa forma é atentar-se essencialmente “para o fato de que toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – *faz circular* – formulações anteriores, já enunciadas”, e que, portanto, “toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega, isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos” (COURTINE, 2009, p. 104). Logo, assumir a memória como inerente às práticas e manifestações discursivas é pensar que os discursos estão abertos para sua permanente evolução – em última instância, que é preciso entender a memória como *resto*: “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9).

5 O trabalho de S. Cazalato (2008), sobre paródias de provérbios, é primoroso na descrição desse fenômeno, mesmo que em outro quadro teórico que não o da Análise do Discurso.

6 Compreendo como “discurso antipetista” a formação discursiva composta pelos valores e práticas discursivas que, após as Jornadas de Junho de 2013, organizaram-se em torno de uma recusa veemente da esquerda política e ideológica, elegendo como seu símbolo maior o Partido dos Trabalhadores.

Nesse sentido, o efeito de memória é como um passado-presente necessário, que não cansa de atualizar-se (pela reiteração, transformação, contraposição, apagamento etc.) em cada manifestação discursiva; em suma, para o discurso, ela é tanto sua *possibilidade* quanto o *objeto* de sua enunciação.

Em contrapartida, não é possível supor que cada um desses efeitos de memória seja equivalente em seu funcionamento: *reiterar* é diferente de *transformar*, e ambos estão ainda mais distantes de *contrapor-se* ou *apagar*. Consequentemente, na esteira de Courtine (1999) e Courtine e Marandin (2016), proponho tratar da memória em dois eixos distintos: horizontal, na *ordem da enunciação*, e vertical, na *ordem do discurso*.⁷

A *ordem da enunciação* diz respeito à comutação ou às paráfrases discursivas, i.e., sequências discursivas que, em determinada formação discursiva⁸, poderiam ser consideradas “intercambiáveis” ou no mínimo substituíveis (COURTINE; MARANDIN, 2016). Corresponde àquilo que vem preencher os implícitos, ao que produz, no enunciado, sua *legibilidade*: os efeitos de memória na *ordem da enunciação* são uma “variação regulada na ordem do mesmo e da repetição, isto é, na ordem do pré-construído como repetição do mesmo, reiteração do idêntico, em um espaço onde repetição e retomada se confundem” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 36). Em suma, sua manifestação corresponde a uma repetição *horizontal*: coocorrências de um determinado conjunto de elementos formais (palavras, sintagmas, formulações etc.) cuja aparição é recorrente nas sequências de um *corpus*.

A memória, no entanto, não é um objeto *linear*, cujo “conteúdo” seria de um sentido homogêneo, acumulado com o tempo e reservado distante das fissuras da história. A memória é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2015, p. 56). Por certo, para tratar desses outros efeitos, é preciso abordá-los pela *ordem do discurso*, das contingências históricas de sua produção: elas regem a repetição de enunciados, é verdade, mas também sua anulação e sua queda (COURTINE, 1999). A questão do *enunciável* (ou da ordem do discurso) vai além da “repetição de elementos em extensão” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 47), pois diz respeito às disputas que determinam o que é importante (ou necessário) *lembrar*, e o que é possível (ou imperioso) *esquecer*.

7 É Courtine (1999) quem afirma que o enunciável está na *ordem do discurso*; paralelamente, considero ser pertinente apresentar a repetição e o implícito como funcionamentos da *ordem da enunciação*.

8 Emprego a noção de “formação discursiva” em sua acepção mais elementar, como os elementos que “determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (HAROCHÉ; HENRY; PÊCHEUX, 2011, p. 27).

O enunciável, portanto, é uma *repetição vertical*, “um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado” (COURTINE, 1999, p. 21). Uma repetição que “é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma memória lacunar ou com falhas” (idem, *ibidem*). De alguma maneira, o enunciável é a disputa não só daquilo que se pode lembrar, mas também de *como* algo (não) *deveria* ou (não) *poderia ser lembrado*.

A hipótese que pretendo expor e discutir é que a paródia trabalha com esse entre-lugar da memória, no espaço entre sua repetição horizontal (a reiteração) e vertical (o diferente). Isto é, se, por um lado, há o equívoco da língua (e os ditos humorísticos que jogam com ele), há também um equívoco da memória: um furo do memorável que rege como a memória (lacunar) *deveria* ou *poderia* ser lembrada⁹ – furo que será explorado pelas construções paródicas. Em suma, que a paródia explora o fato de que a memória discursiva poderia ser sempre outra, ou resgatada de uma outra forma. Ademais, seria preciso ressaltar que apenas a ideia de paródia não dá conta de explicar o fenômeno analisado: alinhio-me à L. Hutcheon (1989), quando defende que, mesmo que tenham sido concebidas como interdependentes, não podemos fazer equivaler paródia e sátira – mesmo que, recorrentemente, ambas as modalidades enunciativas sejam encontradas em associação. A primeira, para a autora, é *intramural*, isto é, repete um outro texto discursivo, enquanto a segunda, *extramural*, não depende da repetição e projeta-se para fora do texto, em uma crítica moral ou social. A distinção, portanto, poderia ser colocada em termos menos esterilizados de historicidade: a sátira, diferente da paródia, prescinde da repetição (mesmo que por vezes recorra a ela) e apresenta um teor crítico (eventualmente, ideológico) acentuado – ela ridiculariza e ataca seu objeto.

O que pretendo mostrar é que o trabalho sobre a memória política, nas desnotícias do *TPH*, não é simplesmente do dizer que contradiz o dito, mas sim de um dizer *hiperbólico* que investe contra seu objeto e que ridiculariza o discurso político – no caso, de uma paródia satírica. Analisarei, portanto, esse fazer paródico sobre a memória na ordem do enunciável, que a toma como fundamento para construir uma crítica ou sátira sobre a política, jogando com suas próprias regras e definições. Analiso, enfim, algumas regularidades que me permitem defender que, no que tange à política, as desnotícias do *TPH* enunciam-se satiricamente, ridicularizando os objetos e, por vezes, o funcionamento do discurso político.

Para esta análise, vou me debruçar sobre o sintagma nominal “cidadão de bem”, recorrente no discurso político pós-2013 (após as “Jornadas de Junho”, como ficaram conhecidas), e acentuado nas disputas políticas estabelecidas a partir das manifestações de 2014.

⁹ Efetivamente, pode ser que se tratem do mesmo furo; mantenho assim porque pretendo enfatizar o aspecto lacunar da memória.

De maneira geral, esse sintagma é sintomático do discurso conservador, aparecendo como uma forma de autodesignação: isto é, os antipetistas (ou conservadores)¹⁰ se entendem e se declaram *positivamente* como “cidadãos de bem”. Meu interesse particular é que há, nas desnotícias do *TPH* publicadas entre 2014 e 2016, retomadas dessa mesma (auto)designação: é recorrente que os personagens aludidos ou fictícios que sejam *contrários* à tríade Dilma-PT-Corrupção (PINTO, 2017) se intitulem “cidadãos de bem” (com leves modificações lexicais). Essa repetição, no entanto, não é puramente parafrástica (isto é, de equivalência), mas assume grande teor paródico e também *satírico*, uma vez que a *positividade* não é o único valor a tomar lugar nessas enunciações, também aparecendo qualificações *negativas* dessa designação. Essa diferença, portanto, promove efeitos de sentido significativos, sintomáticos de um fazer específico sobre a memória dessa nominalização. É esse efeito que analiso aqui. Começo com algumas breves considerações sobre o sintagma, para depois discutir sua reaparição paródico-satírica no *TPH*.

Cidadão de bem: a saturação de uma divisão social

A autodesignação “cidadão de bem” apresenta algumas características singulares, principalmente porque, desde seu surgimento, esteve associada às condutas conservadoras. Um movimento comum, principalmente no discurso político de esquerda,¹¹ é relacioná-la geneologicamente ao jornal panfletário “*Good Citizen*”, de meados do século XIX, distribuído e produzido pela organização americana de supremacia branca, a *Ku Klux Klan*. De fato, “cidadão de bem” é uma possível tradução do termo anglófono e seria possível aceitar essa “análise” etimológica sem grandes complicações. No entanto, o termo inglês também poderia ter sido traduzido por “bom cidadão”, e é sensível à diferença entre essas duas formas, principalmente considerando seu uso corrente. O sentido de “bom cidadão”, por exemplo, tende a uma ética de comportamento, de como comportar-se como um cidadão exemplar (no caso da KKK, por exemplo, apresentar valores como ser conservador, cristão, intolerante em relação a grupos diferentes, e eventualmente comportar-se violentamente). “Cidadão de bem”, por outro lado, manifesta sintaticamente uma *separação* de um estado de coisas: há os cidadãos que são “de bem” e eventualmente aqueles que, por oposição, seriam “do mal”. Diria que a questão com “cidadão de bem” é menos a proposta de uma

10 Faço essa distinção pois, além de apresentarem recortes discursivos um pouco desarmoniosos, este SN também aparece em temáticas cujo antipetismo não está em pauta, principalmente referente ao (des)armamento dos civis.

11 O *Diário do Cento do Mundo*, por exemplo, publicou uma notícia cuja única pauta é afirmar que “cidadão de bem” é a tradução (discursiva e ideológica) de “good citizen”: “Cidadão de bem’, como se autodenomina o direitista brasileiro adepto de movimentos antipetistas, era o nome do jornal da Klu Klux Klan no seu período mais ativo”. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/cidadao-de-bem-era-o-nome-do-jornal-da-ku-klux-klan/>. Acesso em: 02 jul. 2018.

conduta ética possível, mas a projeção de uma separação moral já estabelecida, não almejada: em vez de “os bons cidadãos são aqueles que assim se comportam”, dir-se-ia “nós, cidadãos de bem, *que somos aqueles que se comportam assim*”.

Efetivamente, portanto, seria possível remontar a história do sintagma à sua raiz etimológica no seio do racismo oitocentista norte-americano. No entanto, seria mais interessante tomá-la por sua acepção corrente no discurso conservador brasileiro contemporâneo, uma vez que os valores do “*good citizen*” supremacista não estão sempre de comum acordo com os valores do “cidadão de bem” conservador brasileiro – ou não se expressam da mesma forma, o que é ainda mais significativo. Para entender essa acepção, é preciso antes dar um pequeno passo atrás, retomando parte das condições de possibilidade do discurso político e seu ímpeto de promover cisões sociais.

Singularmente, o campo político define-se como um dos campos mais dependentes dos dilemas da sociedade: analogamente ao religioso, dependerá sempre dos “crentes”, ou “eleitores” (em uma democracia), para funcionar, o que o insere no seio das demandas sociais (BOURDIEU, 2011). Em contraposição ao discurso religioso ou científico, por exemplo, cuja legitimidade é arraigada na fé ou nos paradigmas, o discurso político disputa seu espaço na constante beligerância com seus opositores, o que faz com que, “ao buscar fixar sentido, torna explícito o embate entre diferentes posicionalidades” (PINTO, 2017, p. 124). Grande parte da especificidade do discurso político, portanto, reside tanto na conquista do credo quanto na própria determinação de si e de seu “rebanho”, o que Bourdieu (2011) definiu como as lutas simbólicas em torno do *nomos*: a “enunciação e a imposição dos ‘bons’ princípios de visão e de divisão” (idem, p. 203). Assim, o que faz do campo e do discurso político “*políticos*” é sua articulação em torno do *nomos*, isto é, da divisão simbólica da sociedade e dos valores que significam essa divisão. Logo, no campo político, as estruturas sociais são determinadas, em partes, pelas *predicações* sobre a divisão social: se se disser que a divisão principal é entre pobres e ricos, essa estrutura será uma; se disser que é entre nativos e estrangeiros, será outra. Enfim, os princípios de divisão evocados em cada discurso (político) não têm nada de fortuito, mas “são constitutivos dos grupos e, portanto, das forças sociais. A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização” (idem, *ibidem*).

O campo político organiza-se, portanto, de maneira que cada formação discursiva política *invista em produzir uma cisão social* que defina os “bons” e os “maus” sujeitos – ricos e pobres, burgueses e proletários, franceses e estrangeiros, “golpistas” e “democratas”, “petralhas” e “cidadãos de bem” etc. –, e seu *poder* nessa sociedade é medido em função do quanto essa divisão é bem-sucedida entre a totalidade do “credo” político. À luz dessa perspectiva, o que está em questão no sintagma que me interessa é que ele condensa a prática dessa divisão: pela sua marcação sintática, postula-se que há os cidadãos “de

bem”, inevitavelmente postulando também haver os que não o são. O sintagma “cidadão de bem”, portanto, se apresenta como *termo pivô* de uma dessas possíveis divisões sociais, e, no campo político brasileiro, por sua vez, assume características bastante específicas. Sejam as sequências discursivas (daqui em diante, SDs) abaixo:

1. General Villas-Boas (@Gen_VillasBoas): Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os *cidadãos de bem* de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais.¹²
2. Uma *gangue de assaltantes* tocava o terror na capital paulista: fortemente armados com fuzis, coletes à prova de balas e carros blindados, assaltavam casas, batiam em seus moradores e espalhavam pânico e dor para o *cidadão de bem*. Ontem, foram todos mandados para o colo do capeta pela Polícia Civil de São Paulo. Nossa solidariedade às vítimas destes *terroristas* e nossos parabéns para a Polícia pelo trabalho!¹³
3. A grande mídia (***) que no fundo, no fundo, defende ideologias esquerdistas) não perdeu tempo e começou distorcer [sic] os fatos alegando que uma *pessoa de bem, sem antecedentes criminais, com laudo psicológico em dia, registro na PF, etc....* [sic] possa ter o direito de defender sua família e sua propriedade de ação de marginais.¹⁴

Estas enunciações foram realizadas em momentos distintos, mas estão alinhados aos valores do antipetismo: o tuíte inicial é de autoria do General Villas-Boas – comandante do Exército brasileiro e partidário do governo Temer –, e foi enunciado no dia que antecedeu ao julgamento final do ex-presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, no Supremo Tribunal Federal, que acabou por sentenciá-lo à prisão e, até o momento em que escrevo, impedindo-o de concorrer à presidência. O segundo exemplo, por sua vez, foi publicado na página do Facebook do Movimento Brasil Livre (MBL), um dos coletivos líderes dos movimentos *pró-impeachment* nos anos de 2013 a 2016, notadamente antipetista;

12 Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336. Acesso em: 30 jun. 2018.

13 Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/675017369289076/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

14 Disponível em: <https://www.diariodobrasil.org/desarmar-o-cidadao-de-bem-e-a-solucao-brasil-tem-3-massacres-de-las-vegas-por-dia/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

o último, por sua vez, é menos obviamente relacionado ao antipetismo, uma vez que discorre sobre o desarmamento da população, mas se opõe à esquerda (em tom de denúncia) e alinha-se a Rodrigo Constantino (citando-o em outro espaço do texto), jornalista assiduamente crítico dos governos petistas. Assim, por mais que nenhuma das três enunciações esteja ligada diretamente às manifestações pelo *Impeachment* de Dilma Rousseff, estão integradas à FD antipetista que o apoiava, e é possível supor que são basicamente os mesmos cidadãos de bem de então e os destes exemplos.

Não obstante esse suposto desencontro, há duas características importantes nestas aparições do sintagma. A primeira é que há, nos três casos, a definição do *outro* do cidadão de bem, bem como sua clara separação dele; a própria definição de cidadão de bem, no entanto, é *evidente* à FD que recorre a este sintagma. Na declaração do General, por exemplo, o sintagma é semanticamente sujeito de “ansiar”, que aparece nominalizado (“anseio”). A aparição em uma frase nominal (“o anseio do cidadão de bem de [...]”) esconde uma predicação anterior (“o cidadão de bem anseia [...]”), transformando-a em *pressuposto*, ou ainda, em um *pré-construído*,¹⁵ estabelecendo um sentido saturado, evidente, entre ambos os termos (“cidadão de bem” e o restante da oração). Na publicação do MBL, por sua vez, há a oposição entre “cidadão de bem” e “ganguê de assaltantes/terroristas”, na qual, novamente, não se qualifica cidadão de bem; nesse caso, a qualificação dos que não se enquadram nessa categoria, os “inimigos” da população, é *ostensiva*: eles são *terroristas/bandidos* fortemente *armados* cuja *morte* deve ser *celebrada*.

Na terceira e última SD, no entanto, a questão é um pouco diferente: há, efetivamente, uma definição mais expressiva de quem são as “pessoas de bem”,¹⁶ isto é, aqueles “sem antecedentes criminais, com laudo psicológico em dia, registro na PF, etc.”, estabelecendo um efeito de pré-construído entre ambos os trechos da SD. Apesar disso, essa definição não é expressa como definitiva – talvez, seja meramente ilustrativa –, uma vez que o recurso ao *et cetera* sugere que há outras qualidades de uma pessoa de bem a serem acrescidas, cuja *memória* do coenunciador dispensa explicitação. Por outro lado, no entanto, a figura do cidadão de bem ainda é construída pela superioridade *moral e cívica* em relação àqueles com quem antagoniza. Em qualquer dos três casos, *sabe-se* quem é o cidadão de bem, *superior* aos seus opositores.

Nesse sentido, a figura do “cidadão de bem”, reivindicada pelo discurso antipetista, cristaliza de tal forma uma proposição de *nomos* que, para seus adeptos, praticamente

15 Conforme M. Pêcheux (2014), o pré-construído é o indício de que algo no enunciado é pensado “antes e alhures”, independentemente do enunciado em questão. Suas formas mais comuns de produção são as orações relativas e as nominalizações, principalmente.

16 Assumo “pessoas” e “cidadão de bem” como sinônimo pois, no próprio texto, o autor estabelece essa relação recorrendo também ao segundo termo.

prescinde de elucidação – bastaria que “se veja quem está falando”. Por mais que o sintagma “cidadão de bem” apareça regularmente, os enunciados do discurso conservador ou antipetista não se prestam “a defini-lo, possivelmente por considerarem evidente, intuitivo a qualquer ouvinte, sendo certo que quem diz, com certeza, enquadra-se na figura” (RAMOS, 2016, p. 5). Uma preocupação recorrente, por outro lado, é determinar muito bem sua contraparte, aquele que lhe fere os direitos e que é previamente deslegitimado, pois não se enquadra em um “bom cidadão” – ou melhor, como um “cidadão de bem”. Seria preciso, portanto, entender especificamente qual a divisão social, o *nomos*, que estava em jogo nas manifestações antipetistas quando reivindicavam para si o título de “cidadãos de bem”, tanto pela suposição de seus valores, quanto pela oposição aos valores inimigos.

A análise de C. Pinto (2017) é certa na caracterização dos que ganharam a disputa das ruas a partir das manifestações de 2013. Segundo a historiadora, o protesto nas arquibancadas da abertura da Copa do Mundo do Brasil, em 2014, é um ponto de não retorno no cenário político brasileiro: as manifestações que aconteciam desde junho de 2013 constituíam-se até então como uma concentração “democrática”, presentes desde manifestantes radicais de partidos de esquerda (como o PSOL ou o PSTU) e grupos anarquistas (conhecidos como “black-blocs”), até a direita liberal (como o MBL), ou até mesmo ao protofascismo que reivindicava intervenções militares. A partir desse protesto durante a abertura da Copa, no entanto, as manifestações de rua começam a perder sua característica de pluralidade de pautas e de indefinição ideológica para assumir um discurso mais claro contra a corrupção e, particularmente, contra o PT; discurso, agora, levado a cabo não pelas camadas populares indignadas, antes presentes nas ruas, mas pela alta classe média. A historiadora chama atenção em sua análise para esse ponto nodal da nova configuração política brasileira:

No estádio de futebol, o Itaquero, as vaias foram puxadas pelos ocupantes dos setores VIP, cujo ingresso custou, ao câmbio da época, 450 dólares. Os painéis, que se seguiram a cada aparição da presidenta ou de programas do PT veiculados em rede nacional de televisão, também aconteciam nos bairros de alta classe média nas principais cidades do país. (PINTO, 2017, p. 144).

É patente, portanto, que o discurso com apelo popular dessa nova configuração não apenas *substituiu* as lideranças anteriores que ocupavam as ruas, muitas vezes oriundas de camadas populares, como as marginalizou tanto *das* quanto *nas* manifestações democráticas. Essa separação, primeiro de ordem simbólica, manifestou-se na própria relação desses sujeitos com a cidade e a política. Desde a ditadura militar, as manifestações populares que aconteceram na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, marchavam costumeiramente pelos centros históricos (centros velhos) dessas cidades: em São Paulo, a Praça da Sé; no Rio de Janeiro, a Cinelândia. Esse novo

paradigma das manifestações, no entanto, deslocou as concentrações das passeatas para locais “mais nobres” ou bairros de classe média alta: a avenida Paulista, em São Paulo, e Copacabana, no Rio de Janeiro. Esse deslocamento, antes de ser contingente (ou sustentado somente por um desejo de evitar conflitos com a polícia), suscitava o aparecimento de um novo tipo de “cidadão” nessas manifestações, tendo em vista, por exemplo, que o deslocamento dos moradores da periferia para as manifestações aos domingos seria de grande dificuldade. Isso não implica, ressalva a historiadora, afirmar que havia interesse no impedimento da participação desses setores, “mas sim de que não era para esses setores que estavam sendo dirigidas as convocações” (idem, p. 148).

No dia 12 de junho de 2014, portanto, ganhava as ruas o “cidadão de bem”, e ele trouxe consigo a patente disputa por um *nomos* particular. A indignação dos manifestantes – antes difusa e pouco orientada, ora objetiva (o valor da passagem de ônibus), ora abstrata (pela educação, saúde, segurança etc.) – ganhou também um novo alvo, dessa vez bastante claro: “a corrupção”, um coringa que resumiria em si todos os outros males. Além da divisão um tanto implícita (mesmo que geográfica), quase inaudita, entre povo/elite, os “manifestantes vestidos de amarelo” (idem, p. 149) também atacavam vivamente a tríade que constituíram como os inimigos que antagonizavam o Brasil: os três elos Dilma-PT-corrupção estabeleciam entre si uma forte cadeia de equivalência. Em suma, nessas manifestações, que tão logo tornar-se-iam as “porta-vozes” populares do *impeachment*, dividiam-se os brasileiros entre os “cidadãos de bem” e o “PT e seus simpatizantes”.

A construção do “manifestante” do discurso antipetista – notadamente, o “cidadão de bem” – baseava-se na sua *diferença* em relação às manifestações (e aos manifestantes) anteriores: promoveu-se um uniforme não-oficial (a camisa da Confederação Brasileira de Futebol ou roupas de tons verde e amarelo), em contraposição à heterogeneidade anterior (e mais acirradamente aos “vermelhos”); adotou-se um comportamento autodeclaradamente “pacífico” e “ordenado”, que se oporia ao teor violento das Jornadas de Junho, com seus “*black blocs* arruaceiros”. Parte dessa organização, inclusive, consistiu na composição de coreografias, que os manifestantes dançavam entoando palavras de ordem como “Fora Dilma”, “Fora Lula” e “Fora PT”. Enfim, distinguir-se do *outro* e do *antes* foi o primeiro movimento das manifestações dos “cidadãos de bem”, ao passo que se apresentavam em uma distância de superioridade moral de seus antecessores, entendendo-se como ordenados, pacíficos, conscientes e independentes de interesses políticos. Também nas manifestações, como nos exemplos analisados acima, o “cidadão de bem” contemporâneo se constrói sobre dois grandes eixos: o *antipetismo* e o apelo à *ordem*. Antipetismo, porque, ao passo que faz equivaler a *corrupção* ao Partido dos Trabalhadores, transforma os seus membros e simpatizantes em *inimigos (do povo)* – talvez, os únicos – na empreitada contra a corrupção. Ademais, há certo fetiche pela *ordem*, expresso pelo extremo *legalismo* e pela defesa de uma manifestação “pacífica”, de acordo com as leis e que não atrapalhe o trabalhador “de bem”: por mais que se manifeste, a expressão política não pode perturbar a ordem cotidiana.

As contradições e o riso da (auto)designação

Os discursos de esquerda não tardaram a rechaçar e destacar o que entendiam como a contradição do discurso antipetista em relação a si mesmo: a desarmonia entre sua constituição como cidadão de bem, defensor da moral e dos bons costumes, mas que, ao mesmo tempo, “não cumpre os fundamentos básicos da moralidade, que é a negação da exaltação de si. Ao fazer alarde sobre [sic] suas pretensas virtudes, o cidadão de bem comete uma grande falta contra a moral que acredita seguir” (BITTENCOURT, 2016, p. 48). Ao mesmo tempo, defendia-se que o discurso pacífico não resistira à realidade, como destacam França e Bernardes (2016, p. 20):

Aparece, assim, uma imagem controversa: ao mesmo tempo que [sic] se reforça a representação do ‘cidadão de bem’, não baderneiro, encontramos também elementos que traduzem discursos de ódio e violência, como caixões com o nome do PT e fotos de Dilma e Lula, bonecos representando Dilma e Lula sendo agredidos, torturados e mortos, além de faixas que exaltam a violência do período da ditadura militar e incitam a perseguição aos chamados ‘comunistas vermelhos’.

Em suma, ao mesmo tempo em que ao discurso antipetista se atribuía os valores do cidadão de bem, não só contrário à corrupção, mas também incorruptível, era criticado pela esquerda que via apenas contradição nessa construção: seriam tão ou mais corruptos que aqueles que condenavam – moral, cívica ou ideologicamente. É essa disputa constante sobre o lugar e o sentido de “cidadão de bem” que constitui o espaço de jogo das desnotícias do *TPH*. A estratificação social das manifestações, à luz dos valores de divisão social do discurso antipetista, por exemplo, é retomada pelo *TPH* a partir da reencenação do discurso de um dos “cidadãos de bem” manifestantes na quarta SD:

1. ‘A previsão é atrair uma multidão. Precisamos organizar o evento para que não haja muita gente se encostando’, explicou a promotora Alicinha Cavalcanti. Os abadás serão divididos nas cores verde, amarela e azul. ‘Os verdes são para o curralzinho VIP. Os primeiros 100 compradores ganharão cartazes de LED. Custarão US\$ 500. O lote amarelo, a US\$ 300, ficará no camarote móvel que será armado embaixo do *stand* dos patrocinadores. Os azuis vestirão o povão. Por isso, serão os únicos comercializados em reais, por apenas R\$45. Aceitaremos débito, crédito e Vale Cultura’, explicou o *crowd* designer Adalberto Ferrara.¹⁷

17 Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/herald/2015/03/11/comeca-a-venda-de-abadas-para-ato-do-dia-15/>. Acesso em: 13 fev. 2018.

De maneira geral, essa desnotícia é motivada pela metaforização das manifestações antipetistas como “micaretas”, festividade carnavalesca fora da época de carnaval; isto é, há uma comparação sugerida entre as manifestações antipetistas e as “micaretas” que sustenta as “tiradas cômicas”. Por exemplo, assim como nas micaretas, os grupos de manifestantes são divididos pelo preço do ingresso, o que também divide *as pessoas* presentes pelo seu *valor econômico*. O que me interessa é que, mesmo sem citar o sintagma “cidadão de bem”, os valores que suscitam ainda estão retomados: por exemplo, o desejo de “organizar a manifestação” e a exaltação da bandeira pela divisão dos manifestantes-foliões a partir das suas cores. Curiosamente, a divisão social organizada a partir da Copa do Mundo, em 2014, ocupa também espaço quando a manifestação-micareta é dividida para que as partes expressamente não se toquem: verde e amarelo – cores emblemáticas das manifestações antipetistas – são ofertadas em *dólar* e destinadas aos mais abastados; azul, cor inexpressiva na memória sobre as manifestações pró-*impeachment*, em *reais* e ao “povão”. Como paródia, o diferente introduzido é a metáfora, que passa a trabalhar no coração da semelhança com o discurso antipetista. No entanto, o riso, diferentemente do aspecto cenográfico, é fruto de uma diferença que não desmobiliza, mas extrapola ou exagera o discurso parodiado. É a ruptura paródica “interna” do *nomos* que podemos observar na recorrência do sintagma “cidadão de bem”.

Um segundo ponto interessante é que, diferentemente do uso antipetista do sintagma nominal, no discurso parodista, “cidadão de bem” aparece sempre *explicado*, sucedido, via de regra, por uma oração relativa: “A população de bem, *que paga seus impostos em dia*, também ficou receosa de frequentar a Paulista aos domingos depois que José Serra postou uma foto da avenida vazia em seu Facebook”;¹⁸ ou, mais comumente, associada a outras relativas coordenadas assindeticamente: “Mais de 88% dos cidadãos de bem, *que produzem e pagam seus impostos em dia, enxaguam a boca com Listerine e assinam Caras*, estavam presentes na Avenida Paulista”.¹⁹ Como se sabe, a introdução de uma oração relativa estabelece um efeito de pré-construído, um saber produzido antes e em outro lugar – uma forma linguística de marcar a presença da memória discursiva. A questão é que, diferentemente do uso comum ao discurso antipetista, *a explicação sobreleva-se à evidência*: a determinação do que é o “cidadão de bem”, antes de contingente, é agora *necessária* e constitui o próprio do trabalho paródico sobre a memória do *nomos* do discurso antipetista.

É palpável que o que o *TPH* coloca em jogo é o sentido e a prática de autodesignação daqueles que se intitulam “cidadãos de bem”; o fazem, é verdade, pela memória do discurso antipetista, mas também pela memória de sua oposição. No fio do discurso,

18 Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/herald/2015/12/14/numero-de-manifestantes-ja-e-menor-que-bancada-do-pmdb/>. Acesso em: 13 fev. 2018.

19 Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/herald/2015/04/14/datafolha-77-dos-manifestantes-nunca-comeram-cha-patinho-ou-lagarto/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

introduz-se sem distinção um “saber” próprio ao discurso antipetista (“*que produzem e pagam seus impostos em dia*”) e outros saberes, produzidos no seio de outro domínio de memória, desestabilizando e satirizando a divisão social proposta/suposta pelo discurso antipetista – seja por meio das relativas, seja pela construção da narrativa desnoticiosa. O discurso parodista do *TPH*, nesse sentido, quando retoma os sentidos do sintagma “cidadão de bem” a partir da representação de um enunciador do discurso antipetista, *choca inadvertidamente* os dois eixos de memória (horizontal e vertical) sobre o sintagma, produzindo sua sátira – ou melhor, sua paródia satírica. Sejam as SDs abaixo²⁰:

1. Centenas de cidadãos de bem, *que produzem, furam o sinal de trânsito civilizadamente e sonegam seus impostos de renda em dia*, se reuniram ontem à tarde no Facebook para exigir a renúncia imediata do presidente Lula.
2. Revoltados com a resposta da presidenta, cidadãos de bem, *que produzem e pagam seus impostos em dia*, organizaram, via WhatsApp, uma nova manifestação: ‘Durante o novo pronunciamento, convocamos os brasileiros a bater paletas mexicanas na varanda’, incendiou Verinha Albuquerque Figueiroa, do *Movimento Gourmetiza Brasil*. A seguir, confessou: ‘O PT está nos obrigando a *cometer atos extremos*. Ontem *segurei um cabo de panela* pela primeira vez na vida’.
3. POTSDAM – Votação realizada em *urnas natalinas no Shopping Cidade Jardim* mostrou que 96% dos paulistanos são a favor da construção de um muro que colocará o Brasil *que produz e paga impostos de um lado, e a ameaça assistencialista bolivariana de outro*. ‘Vamos separar o Brasil ocidental do Nordeste’, anunciou João Doria Jr.

Em todos os casos, nos quais se encena a fala um “cidadão de bem”, o discurso antipetista (eixo horizontal) é introduzido e ancorado no fio do discurso pela relativa “que produzem” (eventualmente, ela está coordenada a outra: “que pagam seus impostos em dia”). Essa ancoragem é tão forte que, mesmo nos casos em que o SN “cidadão de bem” não aparece expressamente, nas SDs (4) e (5), lá está a relativa, que é suficiente para construir a imagem do discurso antipetista e da figura do cidadão de bem. Ao mesmo tempo, introduz-se o eixo vertical, o que seria interdito a esse discurso, seu contraponto ou oposição, que, não obstante, é indiferenciado na cadeia sintagmática. Assim, o *TPH* faria o “cidadão de bem” falar outras “verdades” ou a contradição da divisão social

20 Meus destaques. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/herald/2014/10/28/peticao-exige-o-impeachment-de-lula/>. Acesso em: 13 fev. 2018.

(*nomos*) que propõe/supõe. O ponto central dessa sátira política, portanto, formula-se ao fazer implodir – ou pelo menos ranger – o discurso de autodesignação do cidadão de bem: o *TPH* colocaria “na voz dos antipetistas” elementos que lhes são conhecidos, mas principalmente os que lhes são estranhos ou contraditórios, e que, ainda assim, de alguma forma “funcionam”.

Em (5), por exemplo, o que é colocado em questão é o ímpeto moral do “cidadão de bem”, que, como visto acima, investiria contra a corrupção ao mesmo tempo que seria ele próprio incorruptível. No entanto, esse anseio de superioridade moral, reconstituível apenas pela memória que se há do discurso antipetista, choca-se com as outras relativas, que cruamente apresentam sua contradição: seja porque não pagariam seus impostos (prática reivindicada e recorrente no discurso conservador), mas, ao contrário, o *sonegariam*; seja porque, dizendo-se civilizados, infringiriam as regras de trânsito. Em suma, ao reivindicarem uma superioridade cívica, infringiram ao mesmo tempo sua retidão moral. A memória de um discurso contrário ao antipetismo, portanto, viria a desestabilizar sua autodesignação como cidadão exemplar na luta contra a corrupção.

Outros valores, no entanto, são também satirizados. O elitismo é o principal deles, tendo sido, inclusive, fortemente pautado pelos opositores dos antipetistas. Em (6) e (7), por exemplo, o que está em questão é a evidência do valor econômico do *nomos* no qual a figura do “cidadão de bem” antipetista se constitui – a saber, um *nomos* que divide a sociedade entre ricos e pobres, elite e povo, pelo qual valoriza-se o primeiro termo. Em (6), por exemplo, o elitismo é expresso pela metáfora que conjuga a articulação política dos cidadãos de bem e sua prática alimentícia: assim, os cidadãos de bem – além de reunidos sob o grupo fictício “Movimento Gourmetiza Brasil”,²¹ cujo título remete à prática da alta gastronomia – são aqueles que batem *paletas mexicanas* – não picolés, por exemplo, doce mais popular e consideravelmente mais barato – e que consideram um *ato extremo* segurar *um cabo de panela*. Ao mesmo tempo que se resgata a prática de protesto dos antipetistas (bater panelas, principalmente durante pronunciamentos da ex-presidenta), associa-se seus membros a práticas alimentares *de elite*, como o consumo da “alta gastronomia” ou “gastronomia gourmet”, e separa-os do “povo”, pela atribuição a outrem da cocção da comida ingerida, de cuja “panela”, enfim, torna-se metonímia.

Na SD seguinte, (7), a paródia do *nomos* torna-se mais drástica, e o *elitismo* passa a ser representado como *xenofobia*; além disso, subjaz à desnotícia uma metáfora do mundo bipolarizado entre o comunismo e o capitalismo, introduzida pela alusão ao muro de Berlim. Por um lado, os cidadãos de bem são claramente definidos: “96% dos paulistanos

21 A semelhança com o “Movimento Endireita Brasil” parece-me mais do que acidental: este movimento conservador nasceu em 2006, “nadando contra a corrente e desafiando um gigante [o PT] que aglutinava partido, estado e governo”. Disponível em: <http://www.endireitabrasil.com.br/>. Acesso em: 02 ago. 2016..

[que frequentam um dos *shoppings* de elite da cidade São Paulo]”, “O Brasil que produz e paga imposto”, ou ainda, o “Brasil *ocidental*”. A valorização do poder econômico é patente, uma vez que os “bons cidadãos” são os mais ricos, que movem a economia, que são desenvolvidos e *capitalistas* (“ocidentais”). Por outro lado, o *diferente*, o *inimigo* é também definido, não apenas como o oposto dos “bons valores”, mas por uma seleção de alusões nada fortuita, construída a partir da memória da tríade “Dilma-PT-corrupção” e do sentimento anticomunista: o “Nordeste”, apresentado como uma localidade homogênea, distante e indesejável, é conhecido como o “curral eleitoral” do PT. Ao mesmo tempo, a alusão a uma ameaça tanto *assistencialista* quanto *bolivariana* remonta ao discurso anticomunista típico dessa formação discursiva, que relaciona políticas sociais ao comunismo e, por consequência, ao PT. A representação do *nomos* antipetista acirra-se: não apenas uma valorização econômica (“que produz e paga impostos”), mas também *capitalista* em seu peso mais ideológico, opondo-se também ao comunismo, associado diretamente ao PT e à corrupção.

Conclusão

Sumariamente, o trabalho do discurso paródico do *TPH* sobre a memória da disputa pelo *nomos* suposto/proposto pelo discurso do “cidadão de bem” pode ser esquematizado na figura que segue, na qual represento²² os eixos de memória anteriormente discutidos:

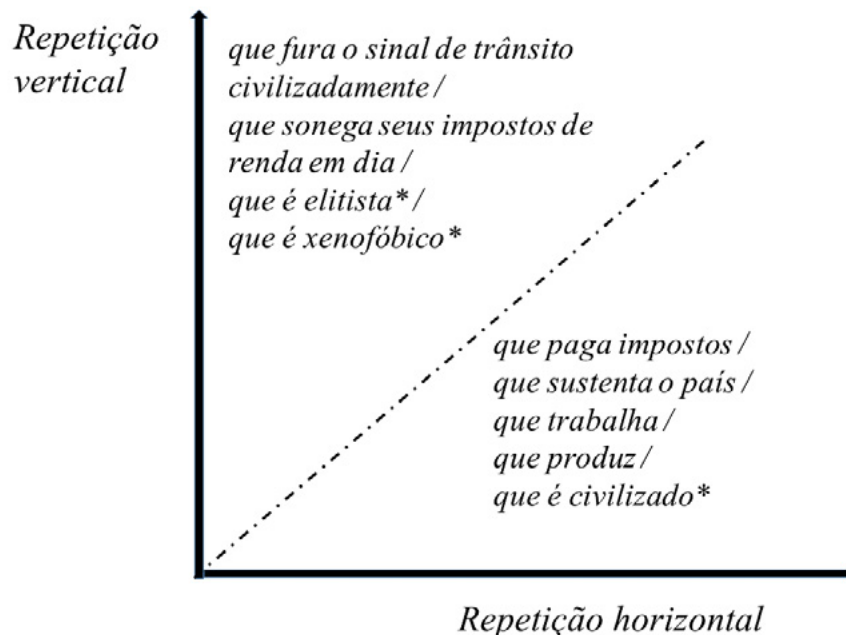


Figura 1. Paródia satírica do SN “cidadão de bem”

22 Os termos seguidos por asterisco (*) são minhas construções e resultam das análises; isto é, não foram enunciados tal qual pelo discurso antipetista e/ou sua paródia, constituindo-se pela interpretação analítica.

Na contramão da expectativa, a sátira política do *TPH* não se realiza de maneira *direta* ou *externa*. Por ser antes paródia, ela parte *de dentro* (ou da sua simulação): é, de fato, a diferença no coração da semelhança, como propõe L. Hutcheon (1989). O curioso, no entanto, é que essa diferença não é (apenas) produzida pelo discurso paródico – este, na verdade, apenas a ressalta. De muitas maneiras, a diferença existe *antes*, na memória e imaginário social que abriga a disputa pelos sentidos de “cidadão de bem”. A paródia satírica do discurso antipetista, portanto, está em *exagerar* sua representação e, acima de tudo, *fazendo dizer* sobre ele: seja o que lhe seria interdito (a repetição vertical), seja o que lhe é familiar, *a priori* desnecessário de ser dito. A memória ocupa o entre-lugar da repetição: *entre* a horizontal e a vertical, uma lacuna que, ancorada no igual, não deixa de jogar o discurso para sua diferença.

A ideia de absurdo, como defende Camus (2018) em seu ensaio sobre F. Kafka, é uma forma interessante para explicar este tipo de construção humorística: Kafka, diz Camus (2018, p. 151), quando “quer expressar o absurdo, lança mão da coerência”. O efeito de absurdo, nesses casos, estaria ligado não a uma *ausência* de lógica, mas ao seu excesso: em *O Processo* (KAFKA, 2003), por exemplo, Sr. K se vê réu em um processo e, mesmo sem saber seus motivos ou causas, decide segui-lo obedientemente até o fim, sem grandes protestos, afinal, assim é a “lógica” dos processos jurídicos – é preciso obedecê-los. As desnotícias do *TPH*, por sua vez, constroem a mesma relação com o absurdo: representam o “cidadão de bem” por *tudo* aquilo que se diz sobre ele, pois seriam, afinal, as formas de representá-lo.

Em suma, portanto, a paródia satírica do *TPH* sobre o *nomos* suposto/proposto pelo discurso do cidadão de bem consiste em dispor, indistintamente, isto é, sem evidenciar sua diferença, tanto os valores da autorepresentação do discurso antipetista quanto os valores de sua contestação pelo discurso de esquerda. Isto é, no que diz respeito ao enunciável, o *TPH* (supostamente) não faz diferença sobre *como* o “cidadão de bem” *poderia* (ou *não*) *ou deveria* (ou *não*) ser representado: representa-o pelo seu excesso, pelo absurdo da sua contradição. A paródia não apenas leva ao limite da representação, mostrando onde ela falharia, mas introduz no “coração” do discurso antipetista sua antinomia. Assim, o riso dessas desnotícias, imbricados em sua representação cenográfica paródica, está no vai-e-vem entre as possibilidades de repetição horizontal e vertical, isto é, no batimento da paródia satírica que, ao representar o discurso antipetista, fá-lo *ranger* e *furar* pela intrusão da sua contradição.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, R. N. Golpismo, doença congênita do fascismo. *Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 5, n. 180, p. 38-50, maio 2016.
- BOURDIEU, P. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 193-216, jul. 2011.

CAMUS, A. A esperança e o absurdo na obra de Franz Kafka. In: CAMUS, A. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 2018. p. 142-159.

CAZELATO, S. *A interpretação de provérbios parodiados por afásicos e não afásicos*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

COURTINE, J.-J. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, J.-J. Le tissu de la mémoire : quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. *Langage: Mémoire, histoire, langage*, Paris, v. 114, p. 5-12, 1994.

COURTINE, J.-J. O chapéu de Clémentis: Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

COURTINE, J.-J.; MARANDIN, J.-M. Que objeto para a Análise de Discurso? In: CONEIN, B. et al. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 33-54.

FIGUEIRA, F. (Des)notícia: A (des)construção de um gênero discursivo. *Letras em Revista*, Teresina, v. 8, n. 1, p. 237-257, jan. 2017a.

FIGUEIRA, F. A Paródia entre a Transgressão e o Limite. In: PRADO, G. do V. T. et al. (org.). *IV Encontro de Estudos Bakhtinianos [EEBA]: das Resistências à Escatologia Política: risos, corpos e narrativas enunciando uma ciência outra*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017b. p. 1363-1370.

FOUCAULT, M. Prefácio à Transgressão. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos III*. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 28-46.

FRANÇA, V. V.; BERNARDES, M. Imagens, crenças e verdade nas manifestações de 2013 e 2015. *Rumores*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 08-24, jun. 2016.

HAROUCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: Língua, linguagem e discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 13-32.

HUTCHEON, L. *Uma teoria da paródia*: Ensino das formas de arte do século XX. Lisboa: Edições 70, 1989.

KAFKA, F. *O Processo*. Rio de Janeiro; São Paulo: O Globo: Folha de S. Paulo, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, São Paulo, v. 1, n. 100, p. 119-155, abr. 2017.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-51.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: Uma crítica à afirmação do óbvio (1975). 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

RAMOS, H. M. A. O cidadão de bem e a filosofia moral de Kant. *Poiesis*, Montes Claros, v. 13, n. 2, p. 03-16, dez. 2016.

WEINRICH, H. La mémoire linguistique de l'Europe. *Langages*: Mémoire, histoire, langage, Paris, v. 114, p. 13-24, 1994.